

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.802 - RJ (2019/0136330-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : JOSE MAURICIO TOSTES CALDAS
AGRAVANTE : ROBERTA RIZZO FRAGA CALDAS
ADVOGADOS : JOSÉ MAURÍCIO TOSTES CALDAS (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO - RJ081927
WILSON TOSTES MARINHO - RJ172847
AGRAVADO : JORGE ROSA FREITAS
AGRAVADO : SOLANGE TEIXEIRA FREITAS
ADVOGADO : PAULO CEZAR DA SILVA MOREIRA - RJ117723

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSÉ MAURÍCIO TOSTES CALDAS e OUTRA. contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. Agravo de Instrumento. Ação Rescisória de Contrato de Compra e venda c/c Reintegratória de Posse e Indenizatória. Cumprimento de sentença. Homologação do laudo pericial. Homologação da prova técnica que não implica na aceitação dos valores apontados pelo expert. Simples contrariedade entre a conclusão do laudo pericial e o interesse da parte, por si só, não autoriza a desconstituição da prova técnica realizada nos estritos ditames do devido processo legal. Ausente, no presente caso, qualquer irregularidade ou ilegalidade na realização da prova que recomende sua repetição. Decisão monocrática mantida. RECURSO IMPROVIDO" (fl.72 e-STJ).

No recurso especial (fls. 83/92 e-STJ), os recorrentes alegam violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração.

Ressalta que o tribunal local não se manifestou acerca da base de cálculo utilizada pelo perito para avaliar as benfeitorias no imóvel residencial.

Sem as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem, sobrevindo o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015

Superior Tribunal de Justiça

(Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Compulsando os autos, verifico que o relator do feito na Corte de origem, em decisão monocrática (fls. 29/30), negou provimento ao agravo interposto contra decisão que homologou laudo pericial. Contra a referida decisão, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados em decisão unipessoal (fls. 47/50).

Irresignados, os agravantes interpuseram agravo interno, que foi desprovido, conforme ementa supratranscrita.

A controvérsia trazida nas razões do especial diz respeito à suposta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. Ou seja, os agravantes alegam que o acórdão proferido pelo tribunal de origem é nulo porque eivado dos vícios insertos no dispositivo supramencionado.

Nesse contexto, não há como prosperar a irresignação, uma vez que o recurso especial insurge-se contra decisão monocrática. Todavia, o apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o esgotamento das instâncias ordinárias.

Com efeito, no presente caso, embora os agravantes tenham interposto agravo interno contra a decisão monocrática que negou provimento ao seu agravo e o recurso tenha sido decidido pelo Colegiado, a insurgência recursal diz respeito aos vícios ocorridos quando do julgamento dos embargos, que, na hipótese, foram decididos monocraticamente. Cabia, pois, aos agravantes opor embargos declaratórios contra o acórdão do agravo interno, com o fim de exaurir as possibilidades de impugnação das vias ordinárias.

Não é cabível a interposição de recurso especial contra decisão singular, uma vez que não se encontram esgotadas as instâncias ordinárias. Desta maneira, o apelo especial só terá cabimento se interposto após decisão colegiada, nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, haja vista a necessidade do esgotamento da prestação jurisdicional pelo órgão fracionário de tribunal (Súmula 281/STF).

Isso porque, nos termos da jurisprudência desta Corte, a instância recursal ordinária não está exaurida quando o recurso especial impugnar matéria tratada nos embargos decididos monocraticamente.

Nesse sentido, confira-se:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA RELATIVA DOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA RECURSAL ORDINÁRIA. INEXISTÊNCIA. 1. A competência dos órgãos fracionários do Superior Tribunal de Justiça é de natureza relativa, de modo que, eventual alegação a respeito da incompetência para o conhecimento da demanda deve ser objeto de irresignação antes do julgamento, inclusive quando proferido monocraticamente.

Superior Tribunal de Justiça

2. A instância recursal ordinária está exaurida ainda que inexista a interposição de agravo interno contra a decisão monocrática de rejeição dos embargos de declaração opostos ao julgado colegiado, **salvo se o recurso especial impugnar matéria tratada apenas na decisão singular dos aclaratórios. Precedente:** EREsp 884.009/RJ, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/09/2010, DJe 14/10/2010.

3. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1070457/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019- grifou-se).

Além disso, verifica-se que falta interesse recursal quanto à alegação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, tendo em vista a não interposição dos embargos declaratórios ao acórdão que julgou o agravo regimental.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSIÇÃO. AUSÊNCIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Falta interesse recursal quanto à alegação de violação do artigo 1.022 do CPC/2015 em virtude da ausência de oposição dos embargos de declaração.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1691379/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial negar-lhe provimento.

Deixa-se de majorar os honorários recursais, tendo em vista que não forma fixados na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Relator